

ANÁLISE DAS PRÁTICAS GERENCIAIS UTILIZADAS PELOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS: UM ESTUDO EMPÍRICO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB

Recebido em 20.11.2019
Aprovado em 4.2.2020

Marinely Costa de Lima

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba.

Especialista em Perícia Contábil e Planejamento Tributário pela IESP.

Atua na Astec Contadores Associados e é professora bolsista do Programa PARAIBATEC.

E-mail: marinelycosta@gmail.com

Isabelle Carlos Campos Rezende

Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa Multi-institucional e Inter-regional

de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – UnB / UFPB / UFRN (2009).

Atua como Docente e Orientadora no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: isabellemestrado@gmail.com

Victor Pereira Silva

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba.

Foi integrante do Programa de Monitoria da UFPB.

E-mail: viictor_pereira@hotmail.com

ANÁLISE DAS PRÁTICAS GERENCIAIS UTILIZADAS PELOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:
UM ESTUDO EMPÍRICO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB

Iran Jefferson Ribeiro de Lima

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba. Atuou como extensionista voluntário no Projeto de Extensão Observatório do Controle Social do Litoral Norte e no Projeto de Extensão Inclusão Digital dos Agentes Terceirizados.

E-mail: iranjefferson88@gmail.com

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar as práticas gerenciais utilizadas pelos microempreendedores individuais do município de Mamanguape-PB. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório com abordagem qualitativa e quantitativa. Utilizou-se uma pesquisa quantitativa para mensurar os dados que compõem as tabelas com os resultados encontrados. Por meio de uma abordagem qualitativa, tornou-se possível enxergar e interpretar as informações que foram reveladas por meio dos dados nas respectivas tabelas. A amostra do estudo contou com a participação de 131 empresários que possuem suas atividades registradas como Microempreendedor Individual (MEI) no município estudado. Os resultados obtidos revelam que, apesar de muitos dos empreendedores possuírem conhecimento sobre termos financeiros, existe certa dificuldade quanto às práticas gerenciais por eles adotadas, fazendo-se necessária a busca de novas práticas gerenciais com a finalidade de maximizar os lucros e garantir a continuidade da empresa no mercado.

PALAVRAS-CHAVE

Microempreendedor Individual (MEI). Práticas gerenciais. Informalidade.

MARINELY COSTA DE LIMA, ISABELLE CARLOS CAMPOS REZENDE,
VICTOR PEREIRA SILVA, IRAN JEFFERSON RIBEIRO DE LIMA

INTRODUÇÃO

As empresas que atuam no mercado brasileiro precisam se atentar para o recolhimento de diversos tipos de tributo que são recolhidos de forma direta ou indireta. Diante dessa situação, faz-se necessário que tais empresas adotem um bom planejamento tributário a fim de que possam obter uma orientação acerca das suas contribuições e sobre a proteção contra possíveis multas dos órgãos pertinentes. Por ser considerado um país que possui uma alta carga tributária, o Brasil, conforme apontado por Fucs (2010), acaba dificultando a continuidade das novas empresas que se estabelecem no mercado sem possuir um correto planejamento tributário.

Em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2005), observou-se que o número de empresas que atuavam na informalidade em nosso território passava de dez milhões. O governo percebeu, por causa do expressivo número de empreendedores que atuavam na informalidade, que deveria voltar sua atenção para aqueles empresários que possuíam um negócio menor, mas que, ao receberem os instrumentos necessários, poderiam obter continuidade e crescimento no mercado, de modo que contribuíssem também para a arrecadação de receitas do Estado.

Com o propósito e a expectativa de diminuir o número de empresas informais atuantes no território nacional, foi instituída, em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei Complementar n. 128/2008, a figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI). Essa passou a ser a forma mais utilizada por empreendedores que não possuem rendimentos tão elevados para sair da informalidade, obtendo com isso as vantagens legais proporcionadas pela adesão à modalidade empresarial, como a forma simplificada de tributação. A referida lei passou a vigorar em 1º de julho de 2009, permitindo, entre outras vantagens, que os empreendedores registrados obtivessem benefícios previdenciários e entrassem para o mercado formal de forma regularizada. De acordo com dados do governo brasileiro, o ano de 2015 se tornou marcante, haja vista que cinco milhões de empreendedores individuais haviam regularizado seus negócios como MEI no país, mostrando, dessa forma, a relevância e a força dessa categoria dentro do mercado empresarial, uma vez que haviam se passado apenas seis anos de sua implantação.

ANÁLISE DAS PRÁTICAS GERENCIAIS UTILIZADAS PELOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:
UM ESTUDO EMPÍRICO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB

Por tratar-se de uma categoria empresarial que não tem determinadas obrigações fiscais, como a necessidade de contratar um profissional contábil para realizá-las, muitos empreendedores individuais não recorrem aos serviços contábeis para auxiliá-los na gestão dos negócios. Nesse sentido, Siqueira (2014) afirma que, independentemente do tamanho ou ramo de atividade da empresa, é importante encarar a contabilidade como uma ferramenta que contribui para o gerenciamento do negócio. A obtenção de informações fornecidas pelos MEIs sobre o uso da contabilidade gerencial é um fator determinante para analisar quais práticas gerenciais estão sendo utilizadas por eles no gerenciamento do seu negócio.

Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar as práticas gerenciais utilizadas pelos MEIs no município de Mamanguape-PB. Tal análise é relevante para demonstrar como os MEIs estão lidando com o gerenciamento do próprio negócio, podendo também alimentar a opinião dos órgãos públicos para a importância de incentivar a utilização de práticas gerenciais para o MEI.

REFERENCIAL TEÓRICO

Microempreendedor Individual

O MEI pode ser definido como uma pessoa que trabalha por conta própria e que, dessa forma, resolve legalizar-se como pequeno empresário (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2015). Antes do surgimento da Lei Complementar n. 128/2008, que rege a legislação do MEI, existia uma grande dificuldade de pequenos empresários regularizarem seus negócios, uma vez que não havia uma categoria empresarial que oferecesse condições adequadas para os cidadãos que trabalhavam na informalidade e não tinham rendimentos tão elevados em seus negócios.

Mediante observância de uma parcela significativa de empresários que trabalhavam na informalidade, o governo brasileiro instituiu, em 19 de dezembro de 2008, a Lei Complementar n. 128/2008, que criou a figura do MEI e fez algumas alterações na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa – Lei Complementar n. 123/2006. A lei do MEI teve vigên-

MARINELY COSTA DE LIMA, ISABELLE CARLOS CAMPOS REZENDE,
VICTOR PEREIRA SILVA, IRAN JEFFERSON RIBEIRO DE LIMA

cia a partir de 1º de julho de 2009, criando condições especiais para que o cidadão que antes desenvolvia atividades comerciais na informalidade pudesse formalizar o seu negócio. A implementação dessa categoria empresarial incentivou muitos pequenos empresários que até então não haviam regularizado seus negócios a fazê-lo, uma vez que existe pouca burocracia no que diz respeito ao cadastro para se tornar um MEI. A inscrição para registro no MEI é realizada pela internet, sem cobrança de taxas ou envio de documentos, possuindo também essa modalidade empresarial uma forma diferenciada para o recolhimento de sua tributação.

A lei do MEI busca assim reduzir a burocracia para a abertura e o fechamento de empresas e a tributação sobre impostos, como Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Seu sistema simplificado de tributação permite que os impostos possuam um valor fixo por mês, pré-estipulado na lei, o qual é alterado somente em casos de alterações salariais, cujo pagamento se dá por meio do Documento de Arrecadação Simplificada do MEI (DAS-MEI), que é um instrumento de arrecadação utilizado especialmente para se fazer o pagamento mensal das obrigações tributárias do MEI. Ao optar pelo registro como MEI, o empresário estará regularizando seus negócios, passando assim a possuir o registro da empresa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita, por sua vez, a abertura de conta bancária, a solicitação de empréstimos, a formulação de contratos com outras empresas e órgãos públicos e a emissão de notas fiscais. Contudo, há algumas regras que são específicas para esse modelo empresarial, como na emissão de notas fiscais, a saber: o MEI estará dispensado de emitir a nota para o consumidor pessoa física, entretanto, será obrigado a emití-la quando o destinatário da mercadoria ou serviço for cadastrado no CNPJ, salvo quando o destinatário emitir nota fiscal de entrada. Porém, mesmo com a dispensa de emissão de nota fiscal, o MEI deverá sempre adquirir mercadorias ou serviços com documento fiscal (RECEITA FEDERAL, 2015).

Quando implantada, inicialmente, a Lei Complementar n. 128/2008 definia a figura do empresário individual como aquele que auferisse receita bruta de até R\$ 36.000,00 no ano calendário anterior ou R\$ 3.000,00 entre os meses que compreendiam o início da

ANÁLISE DAS PRÁTICAS GERENCIAIS UTILIZADAS PELOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:
UM ESTUDO EMPÍRICO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB

atividade e o final do respectivo ano calendário, porém tais valores foram atualizados no decorrer dos anos, de forma que desde 2018 o limite da receita bruta anual é de R\$ 81.000,00. Logo, para enquadrar-se como um MEI, é necessário que o faturamento do cidadão que trabalha por conta própria obedeça ao teto de faturamento de R\$ 81.000,00 por ano, que o empresário não tenha participação em outra empresa como sócio ou titular, que o quantitativo de funcionários seja de somente um empregado contratado e que a atividade exercida pelo empresário esteja enquadrada nas opções das atividades permitidas que constam no portal eletrônico do MEI. No ato do cadastro, existe a opção de optar por atividades voltadas para o comércio, a indústria ou a prestação de serviços (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2015). Além da atividade principal, o MEI pode registrar até 15 ocupações para suas atividades secundárias. Salienta-se, entretanto, que a cada ocupação registrada será atribuído um código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae).

Diferentemente dos outros tipos de sociedades empresariais, o MEI é dispensado da escrituração dos livros fiscais e contábeis, da Declaração Eletrônica de Serviços e da emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). No entanto, nada o impede de contar com a assistência de um profissional contábil para auxiliar nas atividades empresariais, com o intuito de melhorar e fortalecer o gerenciamento do seu negócio.

Gerenciamento de negócios

O método utilizado pelo gestor no gerenciamento dos negócios é de suma importância para o desenvolvimento da empresa, pois, com base nos métodos adotados, é possível constatar o porquê do crescimento ou não da entidade. Em relação a isso, Catelli (2006) assegura que a gestão se caracteriza pela atuação em nível interno da firma que busca aperfeiçoar as relações recursos-operação-produtos ou serviços, considerando as variáveis dos ambientes externo e interno que causam impacto nas atividades da empresa em seus aspectos operacionais, financeiros, econômicos e patrimoniais. No caso do MEI, por tratar-se de pequenos negócios, os gestores das empresas são, em sua grande maioria, os próprios empresários individuais.

MARINELY COSTA DE LIMA, ISABELLE CARLOS CAMPOS REZENDE,
VICTOR PEREIRA SILVA, IRAN JEFFERSON RIBEIRO DE LIMA

Portanto, para um empreendedor conseguir se manter no mercado, ele não deve apenas saber criar o próprio empreendimento e colocá-lo em funcionamento, mas também é necessário saber gerir o negócio a fim de mantê-lo e sustentá-lo continuamente, obtendo, com isso, retornos dos seus investimentos. Ele deve estar atento, sobretudo, ao desenvolvimento de ações como: administrar, planejar, organizar, dirigir e controlar todas as atividades relacionadas direta ou indiretamente com o negócio (CHIAVENATO, 2007).

Para Fonseca *et al.* (2013), a principal preocupação do gestor é garantir que a entidade permaneça em funcionamento por tempo indeterminado e que, durante esse processo de gestão, sejam possíveis o crescimento da entidade e, conseqüentemente, o aumento de seus ganhos. Entende-se que o processo de gestão deve garantir que as dinâmicas das decisões adotadas na empresa acarretem efetivamente o cumprimento de sua missão, assegurando assim a adaptabilidade e o equilíbrio necessários para sua continuação (CATELLI, 2001).

A maneira como determinadas práticas gerenciais são utilizadas no processo de gestão influenciam diretamente no desempenho da organização e, conseqüentemente, na continuidade das atividades empresariais. É perceptível que, quando um empresário não faz uso de um controle de caixa eficiente, as informações financeiras da empresa tornam-se duvidosas, ou ainda, quando opta por fazer retiradas do caixa da empresa para efetuar o pagamento de contas pessoais, ele está comprometendo a continuidade da empresa no mercado.

As práticas gerenciais que induzem um negócio a se desenvolver passam pela gestão dos recursos financeiros, materiais e humanos. Manter um controle e acompanhamento da empresa por meio de ferramentas que fornecem informações fidedignas quanto aos dados financeiros faz-se necessário para que se conheçam os diversos tipos de informação que auxiliam na gestão do negócio. Procedimentos básicos, como um controle do fluxo de caixa, podem ser efetuados nas práticas diárias das empresas, por menores que sejam, a fim de controlar os recursos que entram no caixa da entidade e saem dele. Para Kammer (2010, p. 19), entende-se por fluxo de caixa “o registro e o controle sobre a movimentação de caixa de qualquer empresa, expressando as entradas e saídas de recursos financeiros ocorridos em curto e médio prazo”.

ANÁLISE DAS PRÁTICAS GERENCIAIS UTILIZADAS PELOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:
UM ESTUDO EMPÍRICO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB

Dados referentes à movimentação do caixa, ou seja, dados sobre o faturamento da empresa, são necessários quando o empresário deseja obter empréstimos em nome da entidade. Diante de tal fato, percebe-se que estabelecer controles das contas da empresa tem sua importância tanto para a tomada de decisão como para a obtenção de créditos. Quanto à obtenção de créditos, Fonseca *et al.* (2013, p. 2) alerta que “a concessão de crédito é uma estratégia que se não for corretamente desenvolvida pode trazer grandes prejuízos”. O gestor deve, então, estar atento aos direitos e às obrigações da empresa, de modo que, com a utilização de práticas gerenciais, possa ter informações sobre os valores a serem pagos e recebidos. Nesse sentido, destaca-se que ter cuidado com os recursos financeiros é essencial em qualquer circunstância, seja no âmbito pessoal ou nas empresas, independentemente do porte (RAZZOLINI FILHO, 2011).

Para Zimmerer e Scarborough (1994), existem diversas causas para que os pequenos empresários não tenham sucesso em seus negócios, mas os principais motivos para os insucessos dos pequenos empreendimentos são: incompetência administrativa; falta de experiência, de controle financeiro adequado e de capital de giro; expansão não planejada; falhas no planejamento; e falta de controle de estoque. O gerenciamento dos negócios não é simplesmente evitar os riscos, mas conhecê-los e, quando possível, quantificá-los. Quando o gestor/empreendedor conhece bem o próprio negócio, ele pode tomar as melhores decisões e manter a continuidade da empresa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa apresenta características de uma pesquisa bibliográfica e documental, haja vista que foi necessária a realização de frequentes leituras existentes na literatura para fornecer embasamento teórico ao estudo. Utilizou-se de pesquisa quantitativa para mensurar os dados que compõem as tabelas com os resultados encontrados. Por meio de uma abordagem qualitativa, tornou-se possível enxergar e interpretar as informações que foram reveladas por meio dos dados nas respectivas tabelas.

Em virtude do objetivo geral desta pesquisa, o público-alvo do estudo são os MEIs do município de Mamanguape-PB. De acordo com os dados obtidos na Coletoria de

MARINELY COSTA DE LIMA, ISABELLE CARLOS CAMPOS REZENDE,
VICTOR PEREIRA SILVA, IRAN JEFFERSON RIBEIRO DE LIMA

Mamanguape, o município apresenta um quantitativo de 580 MEIs registrados no ano de 2015. A amostra selecionada corresponde aos dados de 137 empresários individuais que responderam ao questionário, no entanto ressalta-se que seis deles afirmaram que, apesar de estarem com o cadastro ativo no MEI, já não mais desempenham suas atividades empresariais. Sendo assim, a análise dos dados foi feita com base na amostra de 131 empresários que desenvolvem atividades como MEI.

Utilizou-se um questionário com 19 perguntas objetivas: sete relacionadas ao perfil do MEI, uma referente aos conhecimentos sobre termos básicos de finanças empresariais e 11 sobre as práticas de gerenciamento do negócio. O questionário foi aplicado entre 25 de maio e 29 de setembro de 2015. Realizou-se estatisticamente a análise dos resultados por meio do programa Microsoft Excel.

A presente pesquisa foi classificada como exploratória. De acordo com Gil (2008, p. 41), “o objetivo da pesquisa exploratória é proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses, que dêem sustentação ao objetivo central do estudo”. Referindo-se aos resultados, podemos classificá-la como aplicada, já que o resultado encontrado pode contribuir para mudanças na realidade existente com a utilização de práticas gerenciais pelos MEIs.

RESULTADOS E ANÁLISES

Nesta seção, serão apresentados os resultados do estudo após a aplicação do questionário aos MEIs de Mamanguape, assim como as respectivas análises dos dados coletados com a amostra de 131 empresários individuais. A seguir, analisa-se o perfil dos respondentes, e, depois, indica-se o conhecimento sobre alguns termos básicos de finanças empresariais e as práticas de gerenciamento dos negócios.

Perfil dos respondentes

Dos 131 indagados, 58 (44,3%) eram do sexo feminino e 73 (55,7%) do sexo masculino, o que mostra uma maior quantidade de homens entre os entrevistados. Quando se com-

ANÁLISE DAS PRÁTICAS GERENCIAIS UTILIZADAS PELOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:
UM ESTUDO EMPÍRICO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB

pararam os resultados referentes ao gênero do entrevistado com o resultado encontrado em pesquisa realizada pelo Portal do Empreendedor (2015), constatou-se que os dados se assemelham em quantidade de gênero, já que, de acordo com os dados do portal, 52% dos microempreendedores são do sexo masculino e 48% do sexo feminino, demonstrando, assim, uma predominância do sexo masculino. A Tabela 1 apresenta os dados coletados sobre o sexo do entrevistado.

A Tabela 2 apresenta os dados referentes à idade dos entrevistados. De acordo com os dados coletados na amostra desta pesquisa, constatou-se que a maior parte dos entrevistados tinha em média 37 anos de idade, com faixa etária predominante de mais de 40 anos, o que se refere a 51 (38,9%) dos empresários. Os dados coletados são semelhantes às porcentagens oriundas do Portal Empreendedor que demonstrou, em 2015, que a maioria dos MEIs formalizados se concentrava em três faixas etárias: de 31 a 40 anos (32,8%), de 41 a 50 anos (24%) e de 21 a 30 anos (23,5%). Os demais classificavam-se assim: abaixo de 21 (1,2%), de 51 a 60 (14%), de 61 a 70 (3,8%) e acima de 70 (0,7%).

TABELA 1 – Sexo do entrevistado

Sexo	FA	FR
Feminino	58	44,3%
Masculino	73	55,7%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

TABELA 2 – Idade do entrevistado

Idade	FA	FR
De 16 a 17 anos	1	0,76%
De 18 a 30 anos	36	27,5%
De 31 a 40 anos	43	32,8%
Acima de 40 anos	51	38,9%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

MARINELY COSTA DE LIMA, ISABELLE CARLOS CAMPOS REZENDE,
VICTOR PEREIRA SILVA, IRAN JEFFERSON RIBEIRO DE LIMA

Por meio da Tabela 2, pode-se observar que um (0,76%) dos entrevistados tinha de 16 a 17 anos. Na Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o novo Código Civil brasileiro, consta o seguinte:

Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade: I – pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos; II – pelo casamento; III – pelo exercício de emprego público efetivo; IV – pela colação de grau em curso de ensino superior; V – pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria. (BRASIL, 2002).

Dessa forma, o menor, ao ser emancipado por qualquer uma das formas descritas nos itens do parágrafo único do artigo 5º do Código Civil, estará habilitado a todos os atos da vida civil. De acordo com artigo 972 do referido código, poderão exercer a atividade de empresário aqueles que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.

Os dados levantados nesta pesquisa revelam que a maior parte dos entrevistados possuía o ensino médio como formação acadêmica: 46 (35,11%). As formações apresentadas em outros níveis acadêmicos são técnico em Contabilidade e ensino científico. Esse índice é preocupante e demonstra que há uma grande necessidade de investir em cursos preparatórios voltados para a capacitação dos MEIs. A seguir, apresentam-se as tabelas 3 e 4, nas quais constam, respectivamente, o nível de formação acadêmica do MEI e o ano de adesão ao MEI.

Por meio dos resultados apresentados na Tabela 4, foi possível constatar que o ano em que os entrevistados desta pesquisa mais aderiram à modalidade empresarial do MEI foi 2014: 36 (27,48%) adesões.

ANÁLISE DAS PRÁTICAS GERENCIAIS UTILIZADAS PELOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:
UM ESTUDO EMPÍRICO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB**TABELA 3** – Formação acadêmica

	FA	FR
Ensino fundamental incompleto	30	22,90%
Ensino fundamental completo	7	5,34%
Ensino médio incompleto	21	16,03%
Ensino médio completo	46	35,11%
Ensino superior incompleto	17	12,98%
Ensino superior completo	8	6,11%
Outra formação	2	1,53%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

TABELA 4 – Ano de adesão ao MEI

	FA	FR
2009	3	2,29%
2010	19	14,50%
2011	20	15,27%
2012	26	19,85%
2013	27	20,61%
2014	36	27,48%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao serem questionados sobre o motivo que os levou a aderir ao MEI, 47 (35,88%) entrevistados apontaram os benefícios previdenciários e a regularidade dos negócios, conforme demonstra a Tabela 5.

MARINELY COSTA DE LIMA, ISABELLE CARLOS CAMPOS REZENDE,
VICTOR PEREIRA SILVA, IRAN JEFFERSON RIBEIRO DE LIMA

TABELA 5 – Motivo de adesão ao MEI

	FA	FR
Benefícios previdenciários	20	15,27%
Regularidade dos negócios	33	25,19%
Créditos bancários	2	1,53%
Participação em licitações	0	0%
Benefícios previdenciários e regularidade dos negócios	47	35,88%
Benefícios previdenciários, regularidade dos negócios e créditos bancários	7	5,34%
Benefícios previdenciários, regularidade dos negócios e participação em licitações	3	2,29%
Benefícios previdenciários e créditos bancários	4	3,05%
Benefícios previdenciários e participação em licitações	1	0,76%
Benefícios previdenciários e outros	1	0,76%
Regularidade dos negócios e outros	2	1,53%
Benefícios previdenciários, regularidade dos negócios, créditos bancários e participação em licitações	1	0,76%
Regularidade dos negócios e créditos bancários	5	3,82%
Benefícios previdenciários, regularidade dos negócios e outros	5	3,82%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com base nas informações apresentadas nos questionários, foi possível constatar que 94 (71,76%) empreendedores individuais atuavam com atividades de comércio, realizando, assim, contribuições para o ICMS, conforme mostra a Tabela 6.

Quanto ao tempo em que os entrevistados desenvolviam atividades, sejam estas de comércio, indústria ou serviços, foi possível constatar que 107 (81,68%) entrevistados já desenvolviam tais atividades mesmo antes de aderirem ao MEI. Sobre o tempo de atividade, 63 (48,1%) dos entrevistados desempenhavam atividades num período de 0 a 5 anos. Os dados referentes ao ano de adesão são evidenciados na Tabela 7.

ANÁLISE DAS PRÁTICAS GERENCIAIS UTILIZADAS PELOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:
UM ESTUDO EMPÍRICO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB**TABELA 6** – Ocupação principal

	FA	FR
Comércio	94	71,76%
Prestação de serviços	31	23,66%
Indústria	6	4,58%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

TABELA 7 – Tempo de atividade

	FA	FR
De 0 a 5 anos	63	48,1%
De 6 a 10 anos	35	26,7%
De 11 a 15 anos	11	8,4%
Acima de 15 anos	22	16,8%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conhecimentos sobre termos básicos de finanças empresariais

O conhecimento sobre termos de finanças empresariais permite que o empresário esteja apto a desenvolver atividades com uma maior clareza sobre o que está fazendo em seus negócios. Para tanto, com o intuito de saber o nível de conhecimento que os empresários possuem sobre termos básicos de finanças empresariais, foram postos os conceitos apresentados nas tabelas 8, 9, 10, 11 e 12.

As receitas da empresa correspondem ao volume de vendas de produtos, mercadorias e prestação de serviços. Ao serem questionados sobre o grau de conhecimento do termo receitas, 74 (56,49%) dos empresários afirmaram que tinham um conhecimento parcial (Tabela 8).

A Tabela 9 trata do conhecimento sobre o termo despesas. As despesas são os gastos relativos à manutenção da atividade da empresa. De acordo com as respostas apresenta-

MARINELY COSTA DE LIMA, ISABELLE CARLOS CAMPOS REZENDE,
VICTOR PEREIRA SILVA, IRAN JEFFERSON RIBEIRO DE LIMA

das pelos entrevistados, 68 (51,91%) demonstraram conhecer totalmente o que representa o termo despesas (Tabela 9, a seguir).

TABELA 8 – Conhecimento sobre receitas

	FA	FR
Não conhece	18	13,74%
Indiferente	13	9,92%
Conhece parcialmente	74	56,49%
Conhece totalmente	26	19,85%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

TABELA 9 – Conhecimento sobre despesas

	FA	FR
Não conhece	2	1,53%
Indiferente	3	2,29%
Conhece parcialmente	58	44,27%
Conhece totalmente	68	51,91%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Segundo Chiavenato (2007, p. 244), “O fluxo de caixa constitui o termômetro do dia-a-dia da empresa, ou seja, mostra o comportamento da empresa quanto aos recebimentos e aos pagamentos de suas operações cotidianas”.

Diante da expressão fluxo de caixa apresentada no questionário, como o acompanhamento das entradas e saídas de dinheiro para se obter o saldo financeiro da empresa em um determinado período, 63 (48,09%) dos entrevistados responderam que conheciam o termo totalmente (Tabela 10).

ANÁLISE DAS PRÁTICAS GERENCIAIS UTILIZADAS PELOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:
UM ESTUDO EMPÍRICO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB

Dado como conceito que as contas a pagar são todas as obrigações que a empresa deve cumprir na data de seu vencimento, 118 (90,08%) empresários responderam que tinham total conhecimento sobre isso (Tabela 11).

TABELA 10 – Conhecimento sobre fluxo de caixa

	FA	FR
Não conhece	3	2,29%
Indiferente	8	6,11%
Conhece parcialmente	57	43,51%
Conhece totalmente	63	48,09%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

TABELA 11 – Conhecimento sobre contas a pagar

	FA	FR
Não conhece	0	0,00%
Indiferente	4	3,05%
Conhece parcialmente	9	6,87%
Conhece totalmente	118	90,08%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Apresentada a expressão contas a receber, que se referem aos valores dos produtos ou serviços que foram vendidos aos clientes, podendo o pagamento desses valores ser efetuado à vista ou a prazo, 119 (90,84%) dos entrevistados afirmaram que conheciam totalmente o termo (Tabela 12).

Com relação ao conceito de capital de giro da empresa como o dinheiro usado para financiar a continuidade das operações da empresa, 62 (47,33%) dos entrevistados afirmaram que o conheciam totalmente (Tabela 13).

MARINELY COSTA DE LIMA, ISABELLE CARLOS CAMPOS REZENDE,
VICTOR PEREIRA SILVA, IRAN JEFFERSON RIBEIRO DE LIMA

TABELA 12 – Conhecimento sobre contas a receber

	FA	FR
Não conhece	1	0,76%
Indiferente	2	1,53%
Conhece parcialmente	9	6,87%
Conhece totalmente	119	90,84%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

TABELA 13 – Conhecimento sobre capital de giro

	FA	FR
Não conhece	5	3,82%
Indiferente	5	3,82%
Conhece parcialmente	59	45,04%
Conhece totalmente	62	47,33%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com base na Tabela 14, tornou-se possível constatar que 83 (63,36%) dos empresários individuais conheciam totalmente o conceito de caixa, que foi apresentado no questionário como o dinheiro em espécie da empresa.

Quanto ao termo crédito, 99 (75,57%) dos entrevistados afirmaram que o conheciam totalmente com base no conceito contido no questionário: crédito representa o dinheiro que a empresa pode pegar emprestado dos bancos ou de outras fontes de financiamento. Os dados coletados são apresentados na Tabela 15.

ANÁLISE DAS PRÁTICAS GERENCIAIS UTILIZADAS PELOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:
UM ESTUDO EMPÍRICO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB**TABELA 14** – Conhecimento sobre caixa da empresa

	FA	FR
Não conhece	2	1,53%
Indiferente	1	0,76%
Conhece parcialmente	45	34,35%
Conhece totalmente	83	63,36%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

TABELA 15 – Conhecimento sobre crédito

	FA	FR
Não conhece	3	2,29%
Indiferente	2	1,53%
Conhece parcialmente	27	20,61%
Conhece totalmente	99	70,57%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Práticas de gerenciamento dos negócios

De acordo com Chiavenato (2007, p. 8), “quase sempre o problema da mortalidade prematura das empresas não está no mercado nem no produto, mas na maneira improvisada de planejar e tocar os pequenos negócios”. Com o intuito de saber como se dava o gerenciamento dos negócios pelos empresários individuais, foram postas nove questões, cujos resultados estão representados nas tabelas 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24.

Quando questionados se havia separação entre os patrimônios da empresa e os pessoais, 52 (9,69%) empresários afirmaram que sim e 79 (60,31%) responderam que não (Tabela 16).

MARINELY COSTA DE LIMA, ISABELLE CARLOS CAMPOS REZENDE,
VICTOR PEREIRA SILVA, IRAN JEFFERSON RIBEIRO DE LIMA

TABELA 16 – Separação dos patrimônios

	FA	FR
Sim	52	39,69%
Não	79	60,31%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Para que haja um bom gerenciamento dos negócios, é fundamental que os patrimônios da empresa e do proprietário sejam discriminados, uma vez que a não separação acarreta sérios problemas no que se refere ao gerenciamento dos negócios, sendo quase impossível identificar a real situação financeira da empresa. Com a mistura desses patrimônios, o controle das entradas e saídas de dinheiro da empresa se torna ainda mais difícil, e o empresário estará, dessa forma, comprometendo o bom andamento dos negócios e, em muitos casos, não saberá ao certo qual é o índice de receitas obtidas pela empresa num determinado período. Essa circunstância dificulta a tomada de decisão, principalmente para estabelecer um quantitativo que poderia ser posto como pró-labore, de forma que tal valor pudesse suprir suas necessidades pessoais sem comprometer as finanças da empresa.

A fim de que não ocorra o comprometimento do funcionamento dos negócios perante a má administração e até mesmo para que o empresário possa fazer um melhor controle das suas contas pessoais, percebe-se a importância de separar esses patrimônios, o que é essencial para o gerenciamento da empresa.

Quando os empresários confundem tais patrimônios, observa-se que não é respeitado um dos princípios contábeis primordiais para que possa haver o controle das contas. De acordo com o artigo 4º da Resolução n. 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade (2010):

O Princípio da Entidade reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um

ANÁLISE DAS PRÁTICAS GERENCIAIS UTILIZADAS PELOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:
UM ESTUDO EMPÍRICO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB

conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

O princípio da entidade refere-se à relação entre a empresa e seu dono, revelando o tratamento que deve ser dado pela contabilidade ao patrimônio da empresa e ao do proprietário, não devendo haver a mistura deles.

Quando questionados se controlavam as despesas operacionais da empresa, 87 (66,41%) dos empresários afirmaram que faziam isso, enquanto 44 (33,59%) responderam de forma negativa (Tabela 17).

TABELA 17 – Controle das despesas operacionais

	FA	FR
Sim	87	66,41%
Não	44	33,59%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Controlar os custos decorrentes das atividades da empresa resulta em um fluxo de informações que possibilita ao gestor estar ciente deles, o que é relevante no momento de estabelecer os preços das mercadorias ou dos serviços prestados. Esse controle pode resultar na maximização dos lucros. De acordo com Chaves, Lames e Lames (2013), não é prudente lidar com o dinheiro de forma improvisada. Os gastos precisam ser acompanhados e analisados de maneira periódica e cuidadosa, sempre buscando os melhores métodos para compreender a forma como os recursos estão sendo utilizados.

Ao prestar um serviço ou vender uma mercadoria, a empresa busca a otimização dos lucros. Quando há o conhecimento sobre o quantitativo das receitas obtidas, o gestor tem uma informação valiosa para tomada de decisão. Segundo o *Guia de gestão empresarial* (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2004, p. 45), “saber o quanto recebeu como resultado de suas operações é quesito obrigatório e ele-

MARINELY COSTA DE LIMA, ISABELLE CARLOS CAMPOS REZENDE,
VICTOR PEREIRA SILVA, IRAN JEFFERSON RIBEIRO DE LIMA

mentar para o proprietário de qualquer negócio”. Quando questionados se tinham conhecimento das receitas totais da empresa, 89 (67,94%) dos empresários afirmaram que sim e 42 (32,06%) responderam de forma negativa (Tabela 18).

O controle financeiro de um empreendimento é um fator importante para o desenvolvimento da empresa, já que um empreendimento com um controle bem organizado, ou seja, tudo na ponta da caneta, leva uma empresa a crescer cada vez mais (LIMA *et al.*, 2014).

De acordo com os dados coletados sobre ferramentas de controle financeiro adotadas no cotidiano das atividades das empresas, 96 (73,28%) dos entrevistados afirmaram que utilizam caderno/agenda; 2 (1,53%), os relatórios fornecidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); 11 (8,40%), as planilhas de computador (Excel); 18 (13,74%) não utilizam nenhum tipo de ferramenta; e quatro (3,05%) usam outros meios, como *softwares* financeiros e livro-caixa. Os dados coletados são apresentados na Tabela 19.

TABELA 18 – Conhecimento das receitas totais

s	FA	FR
Sim	89	67,94%
Não	42	32,06%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

TABELA 19 – Ferramentas de controle financeiro

	FA	FR
Caderno/agenda	96	73,28%
Relatório fornecido pelo Sebrae	2	1,53%
Planilha do Excel	11	8,40%
Nenhum tipo de ferramenta	18	13,74%
Outro	4	3,05%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

ANÁLISE DAS PRÁTICAS GERENCIAIS UTILIZADAS PELOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:
UM ESTUDO EMPÍRICO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB

Ao serem questionados sobre o uso de livro-caixa, 46 (35,11%) dos empreendedores afirmaram que o utilizam e 85 (64,89%) responderam de forma negativa. Por causa da legislação simplificada, os MEIs não têm a obrigatoriedade de utilizar essa ferramenta, todavia nada os impede de usá-la como ferramenta de gestão. Os dados coletados são descritos na Tabela 20.

TABELA 20 – Utilização de livro-caixa

	FA	FR
Sim	46	35,11%
Não	85	64,89%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

TABELA 21 – Falta de recursos para pagamento de contas

	FA	FR
Sim	59	45,04%
Não	72	54,96%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Quando se observa a Tabela 21, constata-se que para 59 (45,04%) dos empresários individuais já houve casos de falta de recursos (dinheiro) para efetuar o pagamento de contas da empresa, enquanto os 72 restantes (54,96%) afirmaram que não passaram por tal situação. A falta de recursos para efetuar pagamentos pode ser justificada quando há falhas no exercício de controle, o que dificulta, de maneira geral, a eficiência da gestão do negócio. Nesse sentido, é indispensável que o empresário esteja sempre atento ao registro e planejamento das informações financeiras.

Por meio dos dados coletados, constatou-se que 58 (44,27%) dos empresários individuais contam com assistência de um contador e 73 (55,73%) não utilizam os serviços desse profissional (Tabela 22). Receber orientação do profissional contábil pode refletir

MARINELY COSTA DE LIMA, ISABELLE CARLOS CAMPOS REZENDE,
VICTOR PEREIRA SILVA, IRAN JEFFERSON RIBEIRO DE LIMA

em melhorias nas decisões tomadas, o que diminui, por sua vez, os riscos operacionais e gerenciais da empresa.

Em uma das questões do questionário, abordou-se também a inadimplência dos clientes. Segundo o *Guia de gestão empresarial* (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2004, p. 49), “a inadimplência é um dos fatores que mais corroem o lucro de uma empresa. Por causa dela pode-se perder muito mais do que a margem de lucro da operação”. Percebe-se, então, que todos os processos existentes na gestão do negócio devem ser observados, desde a produção e a venda até o recebimento, com o intuito de evitar o comprometimento do ciclo empresarial (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2004).

Quando questionados se tinham clientes inadimplentes em suas empresas, 67 (51,15%) dos entrevistados informaram que sim e 64 (48,85%) afirmaram que não. Tais dados são apresentados na Tabela 23.

TABELA 22 – Assistência de contador no controle financeiro da empresa

	FA	FR
Sim	58	44,27%
Não	73	55,73%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

TABELA 23 – Microempreendedores que têm clientes inadimplentes

	FA	FR
Sim	67	51,15%
Não	64	48,85%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

A obtenção de empréstimos é uma opção a ser considerada quando o MEI necessita da captação de recursos, os quais podem ser utilizados para os mais variados fins. Comu-

ANÁLISE DAS PRÁTICAS GERENCIAIS UTILIZADAS PELOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:
UM ESTUDO EMPÍRICO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB

mente, o uso dos recursos obtidos com os empréstimos se concentra na compra de mercadorias, equipamentos, além de investimentos nas instalações da empresa. Espera-se que a aplicação desses recursos reflita ganhos futuros para a empresa, à medida que o retorno seja efetivamente concretizado. De acordo com dados obtidos, apenas 36 (27,48%) dos empresários individuais afirmaram que utilizam empréstimos e 95 (72,52%) responderam que ainda não os usam, o que revela um baixo percentual de adesão a empréstimos. Os dados coletados são apresentados na Tabela 24.

TABELA 24 – Microempreendedores individuais que obtiveram empréstimos

	FA	FR
Sim	36	27,48%
Não	95	72,52%
Total	131	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

A destinação da captação de empréstimo que mais se repetiu nesta pesquisa foi para a compra de mercadorias, que são necessárias para o desenvolvimento das atividades das empresas, com um quantitativo de 15 afirmativas. Além disso, apontaram-se outros propósitos: compras de máquinas e equipamentos (três), reforma do prédio do estabelecimento (duas), compra de mercadorias e capital de giro (três), utilização como capital de giro (três), pagamento de contas (uma), compra de mercadorias e melhorias nas instalações (três), aquisição de crédito (uma), capital de giro e reforma do prédio (duas), capital de giro e compra de máquinas (uma), e reforma do prédio e aquisição de equipamentos (duas).

Quanto às instituições que concederam tais empréstimos, a mais citada foi o Banco do Nordeste, com um quantitativo de 16 empréstimos, seguido pela Caixa Econômica Federal (sete), Banco do Brasil (cinco), Empreender Paraíba (cinco), Banco Bradesco (três) e Banco Santander (um). O quantitativo das parcelas dos empréstimos teve uma variação de três a 48 parcelas.

MARINELY COSTA DE LIMA, ISABELLE CARLOS CAMPOS REZENDE,
VICTOR PEREIRA SILVA, IRAN JEFFERSON RIBEIRO DE LIMA

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho se propôs a analisar as práticas gerenciais utilizadas pelos MEIs do município de Mamanguape-PB. Quando se interpretaram as informações contidas nos questionários, evidenciou-se que os MEIs desse município apresentam um perfil com predominância do sexo masculino, com média de idade de 37 anos e um nível de escolaridade de ensino médio. Quanto ao tempo de exercício das atividades (antes da regulamentação do MEI), sejam elas de comércio, indústria ou prestação de serviços, constatou-se que 107 (81,68%) dos entrevistados já atuavam no seu ramo comercial, o que indica que as atividades eram desenvolvidas informalmente em um período anterior à regularização do MEI.

Quando se observaram algumas das práticas gerenciais desenvolvidas pelos MEIs, percebeu-se que se faz necessário ensinar orientações voltadas para noções básicas de gerenciamento, uma vez que algumas atitudes executadas pelos gestores tendem a comprometer a continuidade da empresa. Quando se abordou a separação de patrimônios, por exemplo, mais da metade dos empresários (60,31%) afirmou que não fazia a respectiva distinção entre as contas pessoais e as da empresa, o que acaba dificultando o controle das contas e, conseqüentemente, a obtenção dos benefícios que o desenvolvimento dessa ação poderia gerar. Revelou-se também que, de acordo com dados coletados sobre as ferramentas de controle financeiro utilizadas no cotidiano das atividades das suas empresas, 96 (73,28%) dos empresários afirmaram que adotam caderno/agenda para esse fim.

Quando questionados se faziam controle das despesas operacionais, constatou-se que 87 (66,41%) dos entrevistados o utilizavam e 44 (33,59%) não adotavam esse procedimento. Revela-se, a partir dessas informações, que um número considerável de MEIs ainda não consegue desenvolver uma atividade de controle gerencial considerada simples, o que pode comprometer o andamento dos negócios.

Tais constatações demonstram que ainda existe certa resistência por parte de alguns MEIs no que diz respeito à utilização e aplicação de instrumentos gerenciais no âmbito dos seus negócios. Os resultados obtidos refletem a necessidade de haver uma maior

ANÁLISE DAS PRÁTICAS GERENCIAIS UTILIZADAS PELOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:
UM ESTUDO EMPÍRICO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB

atenção voltada para a educação gerencial dos MEIs, ajudando-os, dessa forma, a administrar melhor o seu próprio negócio.

Para futuras pesquisas, sugere-se que este estudo seja aplicado a diferentes regiões, buscando uma maior amostra, com o intuito de verificar se a realidade encontrada nesta pesquisa também se aplica aos MEIs de outras regiões.

ANALYSIS OF MANAGEMENT PRACTICES USED BY INDIVIDUAL MICRO ENTREPRENEURS: AN EMPIRICAL STUDY IN THE MUNICIPALITY OF MAMANGUAPE-PB

ABSTRACT

This study aims to analyze the management practices used by individual microentrepreneurs in the municipality of Mamanguape-PB. This is an exploratory research with a qualitative and quantitative approach. Quantitative research was used to measure the data that make up the tables with the results found. Through a qualitative approach, it became possible to see and interpret the information that was revealed through the data in the respective tables. The study sample was attended by 131 entrepreneurs who have their activities registered as Individual Microentrepreneur (MEI) in the municipality studied. The results obtained reveal that although many of the entrepreneurs have knowledge about financial terms, there is some difficulty regarding the management practices adopted by them, making it necessary to search for new management practices, with the purpose of maximizing profits and ensuring the continuity of the company in the market.

KEYWORDS

Individual Microentrepreneur (MEI). Management practices. Informality.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Civil – Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Novo Código Civil. Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 27 jul. 2016.

MARINELY COSTA DE LIMA, ISABELLE CARLOS CAMPOS REZENDE,
VICTOR PEREIRA SILVA, IRAN JEFFERSON RIBEIRO DE LIMA

- BRASIL. Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 27 jul. 2016.
- BRASIL. Lei Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp128.htm. Acesso em: 29 jul. 2016.
- BRASIL. Lei Complementar n. 139, de 10 de novembro de 2011. Altera dispositivos da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp139.htm. Acesso em: 27 jul. 2016.
- CATELLI, A. (coord.). *Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – Gecon*. São Paulo: Atlas, 2001.
- CATELLI, A. (coord.). *Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – Gecon*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- CHAVES, R. T. C.; LAMES, E. R.; LAMES, L. C. J. Uma análise da percepção dos gestores donos de pequenas empresas da cidade de Hortolândia-SP quanto à aplicação do princípio de entidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 20., 2013, Uberlândia. Uberlândia, 2013.
- CHIAVENATO, I. *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilidade de novas empresas*: um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução n. 750, redação dada pela Resolução n. 1.282 de 2010. Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade (PC). Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- FONSECA, A. R. *et al.* Custo de transação: impacto da inadimplência no setor comercial. *Revista da Faculdade de Administração e Economia*, v. 4, n. 2, p. 39-60, 2013. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ReFAE/article/view/3932/3446>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- FUCS, J. A trava dos impostos. *Época*, São Paulo, n. 632, p. 57-57, 28 jun. 2010.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ANÁLISE DAS PRÁTICAS GERENCIAIS UTILIZADAS PELOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:
UM ESTUDO EMPÍRICO NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Economia informal urbana*: 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6150.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- KAMMER, A. C. *Fluxo de caixa como instrumento de gerenciamento em uma imobiliária de Forquilha-SC: um estudo de caso*. 2010. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010.
- LIMA, A. M. *et al.* A importância do Microempreendedor Individual para o município de Guadalupe-PI. *Caderno de Estudos Ciência e Empresa*, Teresina, ano 11, n. 2, p. 88-106, 2014.
- PORTAL DO EMPREENDEDOR. Brasil comemora marca de 5 milhões de MEIs. 2015. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/noticias/noticias-do-portal/brasil-comemora-marca-de-5-milhoes-de-meis>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- RAZZOLINI FILHO, E. *Administração de pequena e média empresa*. Curitiba. Iesde Brasil, 2011.
- RECEITA FEDERAL. Simples Nacional. 2015. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=4>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Guia de gestão empresarial*. Brasília: Sebrae, 2004. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/92D3A6A0B5F988403256FC1006DF-F99/\\$File/NT00030A8A.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/92D3A6A0B5F988403256FC1006DF-F99/$File/NT00030A8A.pdf). Acesso em: 27 jul. 2016.
- SIQUEIRA, E. 2014. Como ter uma boa contabilidade na sua empresa. *Exame*, 2014 Disponível em: <http://exame.abril.com.br/pme/noticias/como-ter-uma-boa-contabilidade-na-sua-empresa>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- ZIMMERER, T. W.; SCARBOROUGH, N. M. *Essentials of small business management*. New York: Macmillan College, 1994.